

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 31/17/CPL/SESAPI/2017
PROCESSO Nº. AA.900.1.011877/17-02
TIPO: MENOR PREÇO, ADJUDICADO POR LOTE

PREÂMBULO

O ESTADO DO PIAUÍ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - CPL-SESAPI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações – CPL/SESAPI, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições designado pela Portaria Nº 300 da SESAPI, publicada no DOE-PI de 08 DE FEVEREIRO DE 2017, torna público, para o conhecimento dos interessados que, no dia e hora indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO**, que será adjudicado **POR LOTE**, sendo observadas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como os preceitos do direito público, em conformidade com Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, especialmente com o Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e com o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações, que regulamenta a modalidade do Pregão. A Lei Estadual nº 6.301/2013 e os Decretos Estadual nº 11.319, de 13 de fevereiro de 2004, nº 11.346 de 30 de março de 2004 e 16.212 de 05 de outubro de 2015, e subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores dos Artigos 42 a 48 da LC nº 123/2006 (com inovações trazidas pela LC nº 147/2014), PARECER PGE/PLC Nº 1886/2017, além das demais legislações pertinentes, no que couber.**

1. OBJETO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a aquisição de materiais para os laboratórios de microbiologia (clínica e alimentar) destinados a atender às necessidades do setor de produtos e biologia molecular do LACEN-PI, de acordo com as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e demais exigências previstas neste

edital e seus anexos.

1.2. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o disposto no Decreto nº. 5.450/2005, no endereço eletrônico, dia e horário abaixo discriminado:

2. DA JUSTIFICATIVA.

2.1. O presente procedimento licitatório justifica-se pela necessidade do Laboratório Central de Saúde Pública Dr. Costa Alvarenga – LACEN, em adquirir reagentes e insumos para serem utilizados nos setores de microbiologia (alimentos e clínica) e Biologia Molecular, os quais fazem parte da metodologia preconizada pela CDC, ANVISA, CLSI e Ministério da Saúde, estes reagentes e insumos são de caráter essencial e que não pode haver descontinuidade dos serviços.

3. ACOLHIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/11/17, às 13:00h	
ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 24/11/17 às 10:00h	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 28/11/17, às 09:00h	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Licitacoes-e	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitacoes-e.com.br	
Dados para contato	
Pregoeiro: Luciana Spindola	E-mail: cplsaude@saude.pi.gov.br ,
Fone: (86) 3216-3604	Fax:
Endereço: Av. Pedro Freitas s/nº, Centro administrativo, Bloco. “A”, 1º andar, CEP 64.018-900 Teresina Piauí, Comissão Permanente de Licitação - SESAPI.	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF.</u>	

3.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

3.2. A presente aquisição dará preferência adicional para produtos manufaturados nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, nos termos do Art. 3º da Lei 8.666/93, com nova redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 19 de julho de 2010.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Os pedidos de esclarecimento referente ao processo licitatório deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: cplsaude@saude.pi.gov.br, conforme Art. 19 do Decreto nº 5.450/2005, **até 3 (três) dias úteis**, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública ao **Pregoeiro**, que divulgará a resposta através do Sistema www.licitacoes-e.com.br,

4.2. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

4.3. Cópia dos pedidos de esclarecimento será disponibilizada no site: www.licitacoes-e.com.br na janela Avisos/Esclarecimentos/Impugnações.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão na forma eletrônica.

5.2. Qualquer pedido de impugnação deverá ser enviado para o endereço eletrônico cplsaude@saude.pi.gov.br, bem como, deverá ser obrigatoriamente protocolado, de segunda a sexta-feira, das 07h30m as 13h30m, no endereço abaixo:

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI, com sede na Av. Pedro Freitas s/nº, Centro administrativo, Bloco. "A", 1º andar, CEP 64.018-900 Teresina Piauí, Comissão Permanente de Licitação. E-mail: cplsaude@saude.pi.gov.br , Pregoeira: Luciana Spindola

5.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e divulgar o resultado através do Sistema www.licitacoes-e.com.br, “*síte*” **www.licitacoes-e.com.br**, na janela “Esclarecimentos/Impugnações/Avisos”.

5.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

Poderá participar deste Pregão, na forma Eletrônica, **para aquisição de materiais para os laboratórios de microbiologia (clínica e alimentar) destinados a atender às necessidades do setor de produtos e biologia molecular do LACEN-PI**, os interessados estabelecidos no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação e que:

6.1. Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão; e que atenderem todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos inclusive quanto a documentação de habilitação.

6.2. Estejam cadastrados e habilitados parcialmente no Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços do Estado do Piauí - CADUF, e/ou cadastrados em outro Sistema Cadastral nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto nº 3.722/2001; e

6.3. Tenham optado pelo cadastramento no Sistema do Banco do Brasil através do portal **licitações-e.com.br**, nos termos previstos pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL/SEAPI.

6.4. As empresas que optarem por participar do presente Pregão, mediante o cadastramento citado no **subitem 6.3**, acima, deverão iniciar seu cadastro no Sistema do Banco do Brasil, mediante a inclusão das informações básicas relativas à constituição, localização e identificação societária da empresa ou pessoa física, entre outras, sendo obrigatório o comparecimento a um órgão cadastrador, o qual validará as informações registradas no Sistema (caso este procedimento tenha sido realizado), bem como,

verificará a autenticidade de toda a documentação exigida e apresentada.

6.5. Os preponentes arcarão com todo o custo decorrente da elaboração e apresentação de suas propostas.

6.6. Em se sagrando vencedora do certame, a Licitante cadastrada no Sistema do Banco do Brasil deverá comprovar a regularidade fiscal, mediante a apresentação dos originais ou cópias autenticadas da documentação exigida como condição habilitatória neste Edital, quando da realização da licitação, emissão de empenho e/ou assinatura de contrato.

6.7. Não poderão participar desta licitação:

6.7.1. Empresas que estejam reunidas em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.7.2. No que se refere à vedação de consórcio ou grupo de empresas, cabe mencionar que trata-se de faculdade da Administração constante do art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que o objeto é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio ou grupo de empresas para o cumprimento das obrigações de fornecimento.

6.7.3. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.7.4. Empresas impedidas de contratar nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93.

6.7.5. Que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Também estarão impedidas de participar as empresas suspensas de licitar e contratar o Estado do Piauí.

6.7.6. Não poderão participar da presente licitação as interessadas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de

contratar com a Administração Pública, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a mesma, bem como Licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.

6.7.7. Também não poderão participar do certame as empresas estrangeiras que não funcionem no País.

6.7.8. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com Objeto deste Pregão.

6.7.9. Não poderá participar desta licitação todo aquele que se enquadrar no Art. 9º da Lei 8.666/1993.

6.7.10. Que estejam incluídas no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí, CADAPI – nos termos do art. 6º da Lei 5.533, de 30 de dezembro de 2005.

6.7.11. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.

6.7.12. Segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, Art. 33º da Lei nº 8.666/93 estabelece uma prerrogativa em benefício da Administração Pública em admitir ou não a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcios nas licitações públicas. Nesse sentido, o ACÓRDÃO Nº 2831/2012 –TCU – Plenário informa:

A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.

Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória.

Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.

6.8. Nos itens referentes à Cota Reservada empresas que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou micro empreendedor individual;

6.9. Que, embora qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

6.10. O Pregoeiro verificará, a qualquer momento, a inexistência de registros impeditivos da contratação, mediante consultas:

6.10.1. Ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União, no site: www.portaldatransparencia.gov.br/ceis, conforme determina o **Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011**.

6.10.2. Ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

6.10.3. Ao Cadastro de Impedidos de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado do Piauí-TCE/PI, no endereço eletrônico: <http://www.tce.pi.gov.br/servicos/impedidos>.

7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, declarar-se como tal no início da sessão

pública do Pregão Eletrônico, se comprometendo a apresentar documentação comprobatória caso venha a ser declarada a vencedora do certame valendo-se do benefício. **A comprovação poderá ser realizada por certidão emitida pela Junta Comercial ou outra declaração hábil a comprovar esta específica condição.**

7.1.1. Para efeito do previsto no subitem anterior, o licitante deverá encaminhar referida declaração junto com os documentos de habilitação.

7.2. A ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

8. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no site: www.licitacoes-e.com.br.

8.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

8.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SESAPI, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art.3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

8.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte, que estejam em condições de usufruir os benefícios previstos no Art. 42 e nos demais, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, deverão declarar no ato do lançamento das propostas no www.licitacoes-e.com.br, no campo próprio do Sistema que são microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 3º, Inciso I e II, da Lei Complementar nº 123 de 14/11/2006.

9. DO REGISTRO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA WWW.LICITACOES-E.COM.BR

9.1. A partir das 13h do dia 13/11/17, terá início o recebimento das propostas até as 09h, do dia 24/11/17 já previstos no preâmbulo deste Edital de conformidade com o item 2.0, terá início à sessão do Pregão, na Forma Eletrônica, nº PE 036/2016, com a divulgação das Propostas recebidas para o fornecimento do objeto desta licitação, e início da etapa de lances, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.450/2005 e quadro abaixo:

PROCEDIMENTOS	DATA	HORÁRIO
Encerramento do Recebimento das Propostas	24/11/17	09h
Abertura das Propostas	24/11/17	10h
Início da Sessão de Disputa de Preços	28/11/17	09h

9.2. O Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.4. Incumbirá, ainda, ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inciso IV do art. 13 do Decreto nº. 5.450/2005).

9.5. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica, com valor para o item, em formulário eletrônico específico, até a data e horário marcado para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do site: **licitacoes-e**. (§ 1º e caput do art. 21 do Decreto nº. 5.450/05).

9.6. A Licitante deverá lançar no Sistema o preço unitário para o lote em que esteja ofertando, o qual deverá contemplar todos os custos previstos para aquele lote.

9.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista na ementa deste Edital, a Licitante poderá acessar o sistema **licitacoes-e**. para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas às propostas formuladas.

9.8. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no Sistema, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta ou ao enquadramento do licitante na condição de ME ou de EPP sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

10. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10.1. O certame será conduzido pelo PREGOEIRO, formalmente designado pela Portaria GAB. SESAPI nº 300/17 que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- c) Conduzir a sessão pública na Internet;
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) Dirigir a etapa de lances;
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- h) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- i) Indicar o vencedor do certame;
- j) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- k) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

l) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação;

10.2. Na condução da fase pública do pregão eletrônico, o Pregoeiro, desde a abertura inicial dos lances até o resultado final do certame, irá avisar previamente aos licitantes, via sistema (*chat*), a suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previsto para a reabertura da sessão.

10.3. Constitui obrigação do LICITANTE, acompanhar o andamento das etapas do procedimento pelo sistema eletrônico *licitações-e*, quanto aos prazos para impugnação ao edital, entrega da proposta comercial, documentos de habilitação e interposição de recurso administrativo, sendo-lhe assegurado a todo tempo, a utilização do direito constitucional de petição aos poderes públicos, nos termos do artigo 5º, XXXIV, “a”, da CF/88.

11. DA RECEPCÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. A proposta de preços deverá conter especificação clara e completa do objeto: **aquisição de materiais para os laboratórios de microbiologia (clínica e alimentar) destinados a atender às necessidades do setor de produtos e biologia molecular do LACEN-PI**, devendo ainda, serem observadas as especificações e seqüência do item constante nos Anexos, deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado e deverá conter:

11.2. O detalhamento do objeto ofertado, através do preenchimento do campo “Descrição Complementar”, (de preenchimento obrigatório pelo fornecedor) bem como de seu título “Descrição Complementar”, para “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, sob pena de desclassificação da proposta, em função da alteração de funcionalidade pregão eletrônico, no Sistema www.licitacoes-e.com.br;

11.3. O original da proposta deverá ser enviado em uma via impressa em papel timbrado da empresa licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnica de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante;

- 11.4.** Indicação do nome ou a razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, carteira de identidade e cargo na empresa; e
- 11.5.** Indicação do prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão.
- 11.6.** Declaração de que no preço cotado estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, insumos e quaisquer outras vantagens pagas, materiais necessários, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, inclusive o lucro, necessários à perfeita execução do objeto da licitação;
- 11.7.** Apresentar a oferta de forma firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 11.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso no fornecimento **de materiais para os laboratórios de microbiologia (clínica e alimentar) destinados a atender às necessidades do setor de produtos e biologia molecular do LACEN-PI**, conforme especificações e condições contidas no termo de referência, em quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 11.9.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os materiais e equipamentos diversos (objeto desta licitação) serem fornecidas ao Estado do Piauí sem ônus adicional.
- 11.10.** Na fase de aceitação o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio de anexo, por LOTE inclusive, relativamente ao último lance ofertado, podendo também solicitar apenas do fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar. Para tanto, o pregoeiro fará

uso da opção “Convocar Anexo”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado.

11.11. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexa” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Iniciadas a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lance exclusivamente por meio o sistema eletrônico, cuja importância deve corresponder ao menor preço a ser ofertado, para cada um dos itens, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.2. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela poderão fazer novos lances eletrônicos e sucessivos, até a proclamação do vencedor. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

12.3. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

12.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

12.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuam sendo recebidos, para a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

12.8. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo, superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica, será suspenso e reiniciado somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação e/ou através de e-mail dos licitantes.

12.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

12.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.11. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes.

12.12. O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo comparação entre os valores da primeira colocada e das demais ME/EPP na ordem de classificação, desde que a primeira não seja uma ME/EPP.

12.13. Nessas condições, a proposta que se encontrar na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço será considerado empatado com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.14. Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação, segundo o estabelecido no item anterior.

12.15. Caso sejam identificadas propostas de ME/EPPs empatadas em segundo lugar, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitens supra.

12.16. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou sendo a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

12.17. Somente após o procedimento de desempate, quando houver, e classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

12.18. Caso não incida o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, após o encerramento da etapa de lances, havendo empate entre as propostas de menor preço do ITEM, de duas ou mais microempresa ou empresas de pequeno porte, ou entre duas ou mais empresas que não se enquadre nessa condição, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

12.19. Encerrada a etapa de lances o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade de preço em relação ao estimado para contratação, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar, de imediato, a situação de regularidade na forma dos artigos 28 a 31, da Lei nº 8.666/93, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação de habilitação, via fax, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observados os prazos legais pertinentes.

12.20. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação.

12.21. O pregoeiro anunciará o Licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.22. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

13.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, conforme Planilha de Proposta comercial, constante do Anexo I deste Edital, desde que atendidas às especificações constantes neste.

13.2. Serão proclamados pelo Pregoeiro, as licitantes que apresentarem as propostas de **Menor Preço, adjudicado POR LOTE** e todas aquelas apresentadas com diferencial percentual de até 10% (dez por cento) a maior, dispostos em ordem decrescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances na forma eletrônica.

13.3. Quando não forem identificadas, no mínimo, três propostas escritas com preços em conformidade com o definido no lote anterior, o Pregoeiro fará a classificação das melhores propostas, até o máximo de três, colocadas em ordem decrescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances, conforme o disposto da lei.

13.4. Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

13.4.1. Obediência ao Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG de acordo com Resolução Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos - CMED/ANVISA, bem como, aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP nos medicamentos que couber.

13.5. Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preços.

13.6. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**,

adjudicado **POR LOTE**.

13.7. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços, e poderá negociar pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de **menor valor POR LOTE**, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre a sua aceitação.

13.8. No julgamento da proposta de preços será utilizada a prerrogativa elencada na Lei 8.666/93, no seu Art. 43 §§ 5º e 6º.

13.9. A presente aquisição dará preferência adicional para produtos manufaturados nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, nos termos do Art. 3º da Lei 8.666/93, com nova redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 19 de julho de 2010.

13.10. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13.11. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.12. Para julgamento será adotado o critério de Menor Preço POR LOTE, observada a compatibilidade entre os valores do lote e os valores de referências. Caso o valor unitário de algum lote/item esteja excessivamente acima do preço estimado a proposta poderá ser recusada, ainda que o valor global esteja abaixo do valor global estimado.

13.13. O campo “descrição complementar” constante no sistema eletrônico, será de preenchimento obrigatório pelo fornecedor ou prestador do serviço, quando da formulação da proposta, **não sendo aceita a simples referência “CONFORME EDITAL” ou menção similar**, sob pena de desclassificação da proposta.

13.14. A simples referência “CONFORME EDITAL” ou menção similar não dá a necessária segurança à Administração de que o “EDITAL” citado seja o mesmo do objeto

da presente licitação. Caso a proposta inserida no Sistema deixe dúvidas quanto ao objeto ofertado, a proposta poderá ser desclassificada.

13.15. Serão desclassificadas aquelas propostas:

13.15.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;

13.15.2. Forem omissas ou as que apresentem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento, cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital, ou o valor supere o estimado pela a Administração;

13.15.3. Contenham preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos serviços são coerentes com os praticados no mercado.

13.15.4. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, exceto impossibilidade devidamente justificada.

13.15.5. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame.

13.15.6. Após o encerramento da sessão pública de lances, analisando a aceitabilidade, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente, ou, quando for o caso, após negociação e decisão.

13.15.7. FICA VEDADO AO LICITANTE IDENTIFICAR-SE, NO SISTEMA ELETRÔNICO, quando do registro de sua proposta, **sob pena de desclassificação do certame** pelo Pregoeiro.

14. LOCAL DE ENTREGA

14.1. A entrega deverá ocorrer no horário de 07h30mim as 13h30mim, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no endereço abaixo:

Os objetos deverão ser entregues no Almojarifado do LACEN-PI, localizado na Rua 19 de Novembro, nº. 1945, CEP: 64002-570, no Bairro Primavera, Teresina-Piauí.

14.2. O prazo de entrega dos **produtos**, objeto do presente Termo de Referência não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da NE – Nota de Empenho.

14.3. Os reagentes a serem entregues deverão ter suas validades mínimas de acordo com as indicadas no LOTE, a contar da data de recebimento e sua aceitação devidamente atestada pelo setor competente do LACEN-PI, os lotes sem especificação deverão ter a validade mínima de 06 meses.

14.4. Na hipótese do não cumprimento dos limites do prazo de validade acima preconizados, o LACEN-PI deverá ser consultada prévia e oficialmente, para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento dos lotes dos medicamentos.

15. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Executado o Contrato, o seu objeto será recebido pela Comissão de Recebimento de Materiais, composta de, no mínimo 3 (três) servidores, na forma do artigo 15, §8º da Lei 8.666/93, que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequações dos materiais entregues, conforme art. 73, inciso II, letras “a” e “b”, e ainda, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão.

a) PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações exigidas;

b) DEFINITIVAMENTE, até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

15.2. Os bens ou produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação a contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.3. Na hipótese de verificação a que se refere o item 15.1. (b) não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

15.5. Aceito os materiais/bens, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

15.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15.7. As bulas deverão atender as recomendações da Resolução - RDC Nº 47, de 8 de setembro de 2009 – ANVISA.

15.8. Apresentar os produtos com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo e bula) devem estar em língua portuguesa. Deverão, ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, com seus respectivos quantitativos impressos na nota fiscal;

15.9. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos. Medicamentos fotossensíveis deverão ser acondicionados em caixas que evitem a entrada de luminosidade.

15.10. Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, fielmente as especificações do objeto deste termo de referência, e ordem de fornecimento emitida por ocasião do suprimento solicitado. A inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

15.11. Não aceito o(s) bem(ns) entregue(s), será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas)

horas, para que se possa adequar o efetivamente entregue aquele que efetivamente se pretende adquirir.

16. DA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA OU PROTÓTIPO.

16.1. Não será necessária a apresentação de amostras ou protótipos do objeto.

17. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

17.1. Os reagentes a serem entregues deverão ter suas validades mínimas de acordo com as indicadas em cada LOTE, a contar da data de recebimento e sua aceitação devidamente atestada pelo setor competente do LACEN-PI, os lotes sem especificação deverão ter a validade mínima de 06 meses.

17.2. Na hipótese do não cumprimento dos limites do prazo de validade acima preconizados, o LACEN-PI deverá ser consultada prévia e oficialmente, para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento dos lotes dos medicamentos.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1 A habilitação dos licitantes poderá ser verificada por meio do Sistema do Banco do Brasil S/A <http://www.licitacoes-e.com.br/>.

18.1.1 Os licitantes que não optarem pelo cadastramento no CADUF deverão comprovar a sua regularidade fiscal apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro, durante o certame, cópias autenticadas ou originais das certidões negativas fornecidas pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal, pelo INSS, no que diz respeito à seguridade social, pela Caixa Econômica Federal, no que diz respeito ao FGTS, conforme o disposto no Art. 29, da Lei nº 8.666/1993.

18.1.2 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

18.1.2.1 Para fazer jus ao tratamento favorecido introduzido pela Lei Complementar

nº 123/06, a(s) Microempresa(s) e Empresa (s) de Pequeno Porte deverão declarar em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do Art. 3º da citada lei.

18.1.2.2 A identificação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances (parágrafo único, Art. 11 do Decreto 6.204/2007)

18.1.3 Na fase de habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação da microempresa ou empresa de pequeno porte titular do lance vencedor, e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A declaração do vencedor, nesse caso, dar-se-á no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

18.1.4 A não-regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, conforme previsto no art.43, § 2º, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e do art.4º, § 4º, do Decreto nº 6.204/2007.

18.2 As licitantes deverão atender inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, obrigatoriamente, às seguintes exigências:

18.2.1. Habilitação Jurídica:

Apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações,

acompanhado da ata de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Em se tratando de empresa estrangeira: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

e) Carteira de Identidade (Representante Legal)

18.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;

Apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.1) Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02, desde que originais e condicionadas à confirmação de dados pelo pregoeiro.

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, nos termos do art. 29 inciso IV da Lei 8.666/93;

d) Prova de inexistência de débito inadimplido perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do título VII-A da CLT aprovada pelo decreto lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, (Incluído pela Lei nº. 12.440, de 2011). (Vigência);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da LICITANTE, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes no prazo de sua validade, composta de:

I) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, por meio de “Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da

União”, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN, conforme decreto Federal nº 5.512, de 15/08/2005;

II) Prova de situação regular para com a Fazenda Pública Estadual, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

III) Prova de situação regular para com a Fazenda Pública Municipal, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

18.2.2.1 Os licitantes que não optarem pelo cadastramento no CADUF ou cadastro correspondente, deverão comprovar a sua regularidade fiscal apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro, durante o certame, cópias autenticadas ou originais das certidões negativas fornecidas pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, pelo INSS, no que diz respeito à seguridade social, pela Caixa Econômica Federal, no que diz respeito ao FGTS, conforme o disposto no Art. 29, da Lei nº 8.666/1993.

18.2.2.2 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

18.2.2.3 Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal devendo ser de ambas.

18.2.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em comprimento ao disposto no inciso V, do art. 29 da Lei 8.666/93 de 21/06/1993.

18.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

A empresa, inclusive Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados,

através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata expedida pelo cartório competente ou pelo distribuidor da sede da licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (inciso II, art.31, Lei nº 8.666/93).

18.2.3.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

18.2.3.2. A comprovação exigida no item 18.2.3 deverá ser feita da seguinte forma:

18.2.3.3. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

18.2.3.4. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples, no cartório competente.

18.2.3.5. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira da empresa, por meio de documento que demonstre o cálculo dos índices contábeis maiores que 1,00 (um) para Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) a serem extraídos das demonstrações contábeis citadas acima, resultante da aplicação das seguintes fórmulas, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15.

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

$$SG = AT / (PC + PNC)$$

$$LC = AC / PC$$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

18.2.3.6. As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

18.2.3.7. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, bem como os índices contábeis exigidos, deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

18.2.3.8 A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta escrita, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

18.2.4. Qualificação Técnica

18.2.4.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) em nome do licitante (dispensável para os licitantes do Lote 04).

18.2.4.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo reagentes, compatíveis com o objeto deste certame, contendo o nome da empresa, o endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos reagentes entregues.

18.2.4.3. Catálogos, ou bulas, ou artigos publicados em revistas e jornais científicos, com informações sobre os produtos propostos (identificação), os quais deverão estar escritos em português ou acompanhados de tradução para este idioma, realizada por tradutor oficial.

18.3. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado, ainda:

18.3.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação, atestando a inexistência de circunstância que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, a ser declarada no sistema, quando do lançamento da proposta, a qual será visualizada pelo pregoeiro na fase de habilitação, conforme Anexo III deste Edital.

18.3.2. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso 22/17XIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, a ser declarado no sistema quando do lançamento da proposta, a qual será visualizada pelo pregoeiro na fase de habilitação, conforme Anexo VI deste Edital.

18.3.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei complementar nº 123 de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido por aquela Lei, a ser declarado no sistema quando do lançamento da proposta, a qual será visualizada pelo pregoeiro na fase de habilitação,

18.3.4. Os documentos exigidos para habilitação, quando estiverem desatualizados no CADUF ou quando não estiverem nele contemplados, bem como a proposta de preço vencedora, ajustada ao valor do lance dado ou negociado, e demais documentos e comprovações a serem anexados à proposta, deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de sua solicitação no Sistema Eletrônico, através do site: **cplsaude@saude.pi.gov.br**, os originais ou cópias autenticadas por meio de cartório competente deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias úteis contados do final da Sessão, enviados pelos correios via SEDEX (**Comissão Permanente de Licitação da SESAPI**, com sede na Av. Pedro Freitas s/nº, Centro administrativo, Bloco. “A”, 1º andar, CEP 64.018-900 Teresina Piauí, Comissão Permanente de Licitação. Pregoeira: **Luciana Spindola**

18.3.5. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual a filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

18.3.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

19. DO ENCERRAMENTO.

19.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Licitante detentor da melhor oferta encaminhará ao **Estado do Piauí** no endereço da **SESAPI/CPL** a documentação complementar para habilitação listada **no Item 19 e seus subitens**, *juntamente com a proposta de preços realinhada aos últimos preços ofertados* atualizada conforme os lances, a que se refere o **Item 10 e seus subitens** deste Edital, em prazo máximo de **24 (vinte quatro) horas**, contado do encerramento da sessão pública, em meio eletrônico pelos e-mail: **cplsaude@saude.pi.gov.br**), e em prazo de **03 (três) dias úteis** remeter os documentos originais datado assinado, à Secretaria de **Estado da Saúde do Piauí - SESAPI**, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2017
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SESAPI
Comissão Permanente de Licitação – SESAPI/CPL
(Empresa Razão Social e CNPJ e Endereço Completo, Fac-símile e Fone)
PROPOSTA COMERCIAL
E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA HABILITAÇÃO

(Obs. A licitante é obrigada a encaminhar os envelopes conforme descrito acima, o não encaminhamento exime a Administração de possíveis extravios, encaminhamentos a outra Área da Licitante, violação de lacres e a consequente perda do prazo, uma vez que o seu Protocolo está orientado a enviar, envelopes com esta caracterização, de imediato à **Comissão Permanente de Licitação – SESAPI/CPL**.

19.2. Fica estabelecido nos termos do §3º do Art. 25, do Decreto 5.450/2005, o envio de toda a documentação complementar para habilitação listada **no item 19 e seus subitens**, juntamente com a proposta de Preços a que se refere o **item 10 e seus subitens** deste Edital, atualizada conforme os lances, nos prazos **do item 20.1** pela “Opção Anexo” do

Sistema www.licitacoes-e.com.br ou através de outros meios de todas as empresas concorrentes.

19.3. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”

19.4. Para isto a empresa deverá manter sua documentação copiada via scanner, em baixa resolução e remeter juntamente com a Proposta de Preços e a Planilha de Custos e Formação de Preços, com os valores atualizados conforme os lances, para remessa pelo Sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro.

19.5. Tal procedimento visa dar maior transparência e melhor acompanhamento “online” pelos participantes. A **SESAPI** não se responsabiliza por problemas de comunicação que ocorrerem relacionados à utilização do fac-símile, uma vez que o uso deste aparelho é mera faculdade aos licitantes, para prática de determinados atos contidos e identificados neste Edital, por esta razão recomenda-se a prévia copia via scanner de toda a documentação de habilitação, anteriormente à abertura da licitação.

19.6. Fica a cargo do licitante a confirmação do recebimento, do número de folhas e da clareza ou não da mensagem pela **SESAPI** dos documentos enviados por meio de fac-símile.

19.7. O não cumprimento do exigido neste subitem, sujeitará o licitante ao disposto no “caput” do Art. 28 do Decreto 5.450/2005.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. Encerrada a fase de habilitação e declarado o vencedor, o Licitante pode registrar, de **forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema** manifestar a sua intenção de recurso. Após o término do prazo determinado pelo Pregoeiro, o Sistema encerrará automaticamente, quando será concedido o **prazo de três dias** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, intimados para se assim desejar, **apresentar as contra-razões em igual prazo**, que iniciará imediatamente após o término do prazo do

recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa dos seus interesses.

20.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

20.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.4. Os originais dos recursos deverão ser entregues na **CPL/SESAPI**, no endereço descrito no mesmo endereço já preestabelecido neste Edital, nos dias úteis no horário de 07h30min as 13h30min.

20.5. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

20.6. A decisão em grau de recurso, quando não deferida pela pregoeira, será submetida à apreciação da Autoridade Competente e, se mantida, será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação no CHAT DE MENSAGENS;

20.7. Reconsiderada a decisão pelo pregoeiro, será aberto prazo para os licitantes recorrerem da nova decisão proferida.

20.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso administrativo.

21.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso administrativo, pela própria autoridade competente.

22. DO CONTRATO

22.1. Findo o processo licitatório, a Licitante vencedora e a **SESAPI** poderão celebrar Contrato referente ao fornecimento do objeto deste certame.

22.2. O contrato a ser celebrado obedecerá à Minuta constante do **Anexo VI**, na qual serão considerados todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

22.3. A Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI convocará a licitante vencedora para assinar o “Termo de Contrato”, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei n.º 8.666/93, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, nos termos do Art. 64, § 1º da mesma lei.

22.4. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a CONTRATANTE poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, de conformidade com o § 2º, do art. 64 da lei n.º 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 11.319/04.

22.5. Como condição para celebração do Contrato, a licitante vencedora deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.6. Até a assinatura do Contrato, a proposta da Licitante vencedora poderá ser desclassificada se a **SESAPI** tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

22.7. Ocorrendo a desclassificação da proposta da Licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a **SESAPI** poderá convocar as Licitantes remanescentes observando sempre sua ordem de classificação.

22.8. O Contrato a ser firmado em decorrência deste Pregão poderá ser rescindido a qualquer tempo independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou

extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº. 8.666/93.

22.9. Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas à Licitante vencedora as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93, e Lei nº. 10.520/02, e nos Contratos a serem firmados entre as partes.

22.10. A associação da Licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifiquem quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio e por escrito e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

22.11. A empresa vencedora é responsável por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo por ocasião do cumprimento do contrato, obrigando-se a indenizar qualquer prejuízo causado.

22.12 Na minuta do Contrato constante do **Anexo VI** estão fixadas as responsabilidades das partes as condições de pagamento e demais obrigações contratuais.

22.13 A renovação do termo contratual respectivo deverá ser sempre precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela Licitante Vencedora continuam vantajosas para a Administração Pública.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

23.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

23.2. Disponibilizar o local de entrega ou a Comissão responsável pelo recebimento;

23.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

23.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Edital;

23.5. Comunicar à CONTRATADA até o 5º dia útil, após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento, dos produtos adquiridos;

23.6. Fiscalizar a execução do objeto, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

23.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato.

23.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- a) **22.9.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, conforme Decreto nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013;

24. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA

24.1. Fornecer o objeto deste Contrato, nas condições estipuladas neste Edital, na Proposta aprovada, na Nota de Empenho e quando for o caso, na ordens de fornecimento, isentos de defeitos de fabricação;

24.2. Entregar os produtos na presença do(s) servidor(es) devidamente designado(s) na conformidade do § 8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, no local informado neste Termo, acompanhados da Nota Fiscal preenchida contendo a especificação e quantidade correta dos produtos;

24.3. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

24.4. Fornecer o nome e o endereço do fabricante com o telefone do serviço de atendimento ao consumidor;

24.5. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência decorrente de qualquer evento (problemas de transporte, defeito de fabricação ou de armazenagem, reprovado pela CONTRATANTE, e outros), providenciando sua substituição, quando for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

24.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

24.7. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que sua inadimplência, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

24.8. Comunicar o HEMOPI, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;

24.9. Manter a garantia e qualidade dos produtos de acordo com as especificações definidas no Edital e seus anexos e o contrato;

24.10. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital do pregão;

24.11. Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto.

25. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

25.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, § 1º da lei 8666/93.

25.1.1. A Vigência do Contrato deverá coincidir, na medida do possível com o recebimento definitivo do objeto contratual (cf. Decisão nº 997/2002 – Plenário do TCU);

25.2. O Contrato para fornecimento do objeto definido neste Edital terá a vigência coincidindo com o recebimento definitivo do objeto contratual, em todos os ITENS contados a partir da ata de sua assinatura, cuja eficácia se dará com a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, posto que a entrega dos ITENS (objeto desta licitação), será feita em até 30(trinta) dias, após a emissão da “Ordem de

Fornecimento dos mesmos”, na forma deste edital, podendo ser prorrogado, desde que ocorra algum dos motivos elencados no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

26. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

26.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja na rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos direitos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

26.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditório, e ampla defesa.

26.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

26.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- m) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- n) A supressão do objeto do contrato, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da lei 8.666/93;
- o) A suspensão do fornecimento, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso

de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

26.4. A rescisão do Contrato poderá se dar da seguinte forma:

26.4.1. Por ato unilateral e escrito da Administração;

26.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

26.4.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

26.5. Quando ocorrer à rescisão sem que haja culpa da futura contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

26.5.1. Devolução de garantia;

26.5.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

26.5.3. Pagamento do custo da desmobilização.

26.5.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

26.5.5. Judicial, nos termos da legislação.

26.5.6. Fica garantido o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.

27. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos, da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas.

I. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

II. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstaculizar o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

III. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência ou imperícia dolosa ou de má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

IV. ADVERTÊNCIA

- a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
 - a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

V. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí nos seguintes prazos e situações:

b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

b.1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

VI. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os parágrafos primeiro, segundo e terceiro, o licitante ou contratado está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

VII. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

VIII. As sanções serão aplicadas, pelo órgão contratante, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

a)Assiste direito ao contratante a aplicação ao contratado das seguintes sanções administrativas, previstas em lei.

27.2. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas, em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do **ÓRGÃO CONTRATANTE**, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a **ADJUDICATÁRIA** tomar ciência.

27.3. No processo de aplicação de penalidades será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

28. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

28.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

28.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.666/93 art. 59, parágrafo único.

28.3. No caso de revogação ou anulação da presente licitação fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

29. DA NOTA DE EMPENHO

29.1. Por ocasião dos fornecimentos o arrematante será convocado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, admitida a prorrogação prevista no Art. 64, § 1º da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento da convocação, para retirar a Nota de Empenho.

29.2. Por ocasião da emissão da nota de empenho, será verificado se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

29.3. Quando a licitante convocada não retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidos, será convocada outra licitante para retirar a nota de empenho, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida à ordem de classificação.

30. DO PAGAMENTO

30.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

30.2. O ATESTO na nota fiscal e o respectivo PAGAMENTO será efetuado nos seguintes prazos, de acordo com o valor da despesa:

30.2.1. Despesa maior que R\$ 8.000,00:

- a) prazo máximo para atesto: 05 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal;
- b) prazo para pagamento: até o 30º dia útil contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

30.2.2. Despesa igual ou menor que R\$ 8.000,00, de acordo com o §3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93:

- a) prazo máximo para atesto: 02 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal;
- b) prazo para pagamento: até o 30º dia útil contado da apresentação da nota fiscal/fatura.

30.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

30.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

30.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

30.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação.

30.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Previdência Social, FGTS e Justiça do Trabalho.

30.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

30.8.1. O índice econômico para a compensação financeira será medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou índice que venha a substituí-lo.

30.9. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento incidirão uma única vez, até o efetivo pagamento, baseado nos juros incidentes na caderneta de poupança condicionada à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), nos termos da alteração introduzida pela Lei 12.703/12.

30.10. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA, para as devidas correções, não respondendo a **Contratante**, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

30.11. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

30.12. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado.

31. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

31.1. Nos termos dos Art. 67, § 1º, Lei nº. 8.666, de 1993 e Decreto Estadual nº 15.093/93 a fiscalização e o acompanhamento do Contrato, serão exercidos por servidores do quadro permanente ou ocupantes de cargo comissionado previamente designado pela SESAPI.

31.2. A entrega dos **Produtos para Saúde** será acompanhada e fiscalizada por servidores da Secretaria de Estado da Saúde, os quais deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento;

31.3. A presença da fiscalização da Secretaria de Saúde não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;

31.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

31.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

31.6. Constituem as atividades do Fiscal de Contrato:

31.6.1. Fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas;

31.6.2. Emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade;

31.6.3. Notificar a Contratada qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais;

31.6.4. Controlar a vigência dos contratos;

31.6.5. Acompanhar e controlar o estoque de produtos, principalmente quanto à quantidade e à qualidade do produto previsto no objeto do contrato administrativo;

31.6.6. Acompanhar e emitir Parecer Técnico sobre o cumprimento pela empresa das obrigações assumidas.

32. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

32.1 – As despesas decorrentes dessa licitação estarão submetidas à dotação orçamentária prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo LACEN-PI.

Unidade Orçamentária	17112
Elemento de despesa	33.90.30
Natureza de despesa	Material de consumo
Fonte de recurso	100 / 113

32.2 - Os preços máximo admitido para a aquisição dos reagentes descritos no ANEXO I deste edital, totaliza o valor de **R\$ 1.011.266,19 (um milhão, onze mil, duzentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos)**.

32.3. Nos preços estão inclusos todos os impostos, taxas, serviços, seguros e demais encargos incidentes, que contribuam para o preço do objeto.

33. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

33.1. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que a SESAPI, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o disposto no § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

33.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

33.3. O Contrato produto deste Edital poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse da Administração, com apreciação das devidas justificativas.

34. DO REAJUSTAMENTO

34.1. O critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para

apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir até a data do adimplemento de cada parcela;

34.2. Poderão os preços registrados, ser revisados ou atualizados na forma prevista no edital, devendo o fato ser comunicado ao Controle do sistema de Registro Geral;

34.2.1. O índice econômico para o reajuste será medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou índice que venha a substituí-lo.

34.3. Somente poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado quando:

34.3.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, tudo documentalmente comprovado, consoante ao disposto no Art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01.

34.4. O preço registrado, depois de atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

35. A SUBCONTRATAÇÃO

35.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

36. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

36.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

37. DISPOSIÇÕES FINAIS

37.1. A Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A SESAPI poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

37.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

37.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

37.4. Os bens ofertados deverão atender a todas as características obrigatórias do objeto desta licitação.

37.5. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

37.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

37.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

37.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí.

37.9. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação, na presente licitação em mais de uma empresa.

37.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

37.11. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

37.12. Quando do acesso dos funcionários da empresa vencedora da licitação às dependências da **Secretaria de Saúde do Estado do Piauí** é obrigatório portar crachá de Identificação;

37.13. Será de responsabilidade da licitante vencedora, quaisquer despesas ou danos causados por seus funcionários, nas dependências da contratante, resultantes de atividades alheias ao objeto da contratação, bem como àquelas resultantes de imperícia ou inobservância às normas técnicas e de segurança.

37.14. Não cabe ao **Sistema Eletrônico Licitações-e do Banco do Brasil** responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

37.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Teresina-PI considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

37.16. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min as 13h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na **Comissão Permanente de Licitação da SESAPI**, com sede na Av. Pedro Freitas s/nº, Centro administrativo, Bloco. “A”, 1º andar, CEP 64.018-900 Teresina Piauí. Pregoeira: **Luciana Spindola** para melhores esclarecimentos.

37.17. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

37.18. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

37.19. Aplica-se a este Edital e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações.

37.20. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

38 ANEXOS

Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência.
ANEXO II	Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação.
ANEXO III	Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora.
ANEXO IV	Modelo de declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).
ANEXO V	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO VI	Minuta do Contrato

Teresina - PI, 06 de NOVEMBRO de 2017.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ

Secretário

PREGOEIRA DA SESAPI

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.DO OBJETO

1.1. PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO de MATERIAIS PARA OS LABORATÓRIOS DE MICROBIOLOGIA (CLÍNICA E ALIMENTAR), SETOR DE PRODUTOS E BIOLOGIA MOLECULAR do LACEN-PI, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Termo de Referência.

2.DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente procedimento justifica-se pela necessidade deste Laboratório de adquirir reagentes e insumos para serem utilizados nos setores de microbiologia (alimentos e clínica) e Biologia Molecular, os quais fazem parte da metodologia preconizada pelo CDC, ANVISA, CLSI e Ministério da Saúde, estes reagentes e insumos são de caráter essencial e que não pode haver descontinuidade dos serviços.

2.2. **Quanto à microbiologia clínica,** a resistência dos microrganismos aos antimicrobianos é considerada um dos problemas mais graves que atingem os pacientes em serviços de saúde, principalmente diante da emergência e da reemergência de mecanismos de resistência, que vem aumentando nas últimas décadas pelo seu potencial de rápida disseminação. A maioria das amostras clínicas enviadas ao laboratório de microbiologia pode conter uma grande diversidade de espécies de bactérias, por isso devem ser utilizados meios que possibilitem o crescimento para análise daqueles organismos de importância etiológica nos diversos processos infecciosos. Meio de cultura é conjunto de substâncias, formuladas de maneira adequada, capazes de promoverem o crescimento bacteriano, em condições de laboratório. A portaria GM/MS nº 3.120 de 17 dezembro de 2013 e do Termo de Execução Descentralizada nº 003/2014, incluiu o LACEN PI na Sub- Rede RM o que o obriga a cumprir várias ações, como a realização de exames de biologia molecular na detecção de genes de resistência bacteriana. O LACEN PI realiza análises microbiológicas utilizando metodologia automatizada e manual para a detecção e identificação de bactéria, micobactérias da tuberculose e fungos, além da determinação da sensibilidade aos agentes antimicrobianos.

Quanto ao setor de Produtos do LACEN-PI realiza serviços especializados que permitem atestar as condições higiênico-sanitárias, identidade, qualidade e inocuidade de produtos sujeitos ao controle sanitário e ambiental e desenvolver ações laboratoriais para a preservação da saúde do trabalhador. Os produtos sujeitos ao controle sanitário e ambiental são analisados pelo Laboratório quando colheitados pela ANVISA e/ou pelos órgãos executores de ações de vigilância ambiental e sanitária do Estado e município. Neste setor são realizadas análises de água, alimentos, medicamentos e saneantes, quanto aos parâmetros físico-químicos, microbiológicos, organoléptico e microscópico. Análises físico-químicas são de fundamental importância para caracterização de alimentos, para a determinação do atendimento aos critérios estabelecidos nas legislações e para o controle de possíveis fraudes. Além disso, determinam a quantidade dos nutrientes presentes nos alimentos para confecção da tabela nutricional exigida nos rótulos e embalagens. Os

reagentes e insumos elencados, visam à implantação e implementação de análises em atendimento a Portaria nº **2.914/2011** que "*Dispões sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade*", normatizando a qualidade dos serviços prestados no fornecimento de água à população, e também a Port. nº **2792/2012**, fomenta o "*Incentivo para os Laboratórios Centrais de Saúde Pública (FINLACEN-VISA)*", Port. nº **2795/2012**, que Institui "*Programa Nacional de Fortalecimento das Ações de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras (PAF)*".

Quanto à biologia molecular, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através da Justiça Itinerante, em parceria firmada com a Defensoria Pública, Ministério Público e o próprio LACEN iniciou também a realização de teste para atendimento do Projeto "Eu Tenho Pai". O projeto, com vistas à Paternidade Responsável, tem por objetivo estimular o Reconhecimento Voluntário de Paternidade e, em casos que não seja conseguida a conciliação, e os envolvidos aceitem realizar o teste de paternidade por DNA o referido exame será proposto e realizado.

Mais recentemente, no início do ano 2016, houve alteração na Lei 5000/97 que passou a legitimar também o Ministério Público do Estado do Piauí como ente solicitante de testes de paternidade para serem realizados no Lacen PI. O processo foi regulamentado através de Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público e a SESAPI. Deste modo, o Lacen PI vem realizando, desde Maio de 2012, testes de investigação de paternidade de diversas modalidades, a saber: trios (mãe, filho e suposto pai), duos (filho e suposto pai), reconstituição genética (mãe, filho, mãe do suposto pai e pai do suposto pai), casos de vínculo genético de linhagem masculina (análise do cromossomo y), além de casos de maternidade. Assim, faz-se necessária a aquisição dos referidos insumos para garantir a continuidade do serviço prestado pelo laboratório de investigação de paternidade, permitindo assim o pronto atendimento das demandas da Defensoria Pública e Ministério Público de Teresina e Comarcas do interior bem como dos mutirões da Justiça Itinerante.

2.3. Da justificativa pela utilização em lotes:

O Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN-PI vem passando por uma crescente ascensão no que diz respeito a sua atividade fim, a execução de exames laboratoriais que objetiva atender as demandas de saúde pública do estado. Atualmente dispõe-se a consolidação de vários laboratórios, dentre eles o laboratório de Microbiologia, Biologia Molecular e Alimentos e produtos.

A disposição dos itens organizada na forma de lotes proposta tem por finalidade uniformizar as metodologias de análises, onde a técnica utilizada seja capaz de nos garantir desde o início da análise até a finalização um curso diagnóstico específico e que permita ao corpo clínico concluir corretamente o resultado da análise.

Os benefícios da organização em lotes para os laboratórios citados acima, promove uma economia de reagentes, insumos, energia elétrica e espaço, além de permitir ao corpo técnico uma melhor compreensão da metodologia trabalhada de uma única marca, do que o trabalho desempenhado com várias marcas de vários fornecedores o que por muitas vezes dificulta a resolução de casos clínicos.

Para a organização laboratorial, sendo os itens adquiridos de uma única empresa vencedora do lote disputado, permite uma maior adequação da rotina laboratorial e padronização no processo analítico, tornando os resultados cada vez mais precisos e exatos, com maior celeridade e eficácia, ininterruptamente, resultando em economicidade ao LACEN-PI, que ganha pela qualidade e pela não interrupção dos serviços.

A busca pela melhoria da qualidade nos serviços prestados necessita dentre outros fatores, de uma maior disponibilidade de equipamentos. Neste contexto, a utilização da licitação via aquisição por lotes, apresenta-se como uma estratégia eficiente e com um conjunto de resultados práticos positivos, constituindo-se mais um elemento voltado para a gestão eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

3.DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DOS REAGENTES

3.1.Da especificação dos reagentes para uso do Laboratório Central de Saúde Pública do Piauí – LACEN-PI, segue-se:

LOTE 1 -MEIOS DE CULTURA: AGAR...

Lote 01- Meios de cultura com prazo de validade de no mínimo 03 anos e com controle de qualidade. (a empresa classificada deverá realizar o envio de amostras, para emissão de parecer da comissão técnica do LACEN-PI).

Item	Especificação	Unidade	Quant	Média Unidade	Média Geral
01	Ágar bacto peptone embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 975,00	R\$ 5.850,00
02	MYP ágar base (Agar manitol gema de ovo com polimixina) embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	05	R\$ 1.573,34	R\$ 7.866,70
03	Agar Bile Esculina embalagem de 500gr com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	03	R\$ 2.834,00	R\$ 8.502,00
04	Caldo BHI (brain heart infusion) embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	10	R\$ 1.168,00	R\$ 11.680,00
05	Agar Charcoal – Agar Carvão; embalagem de 500gr com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo	Fr.	10	R\$ 3.403,34	R\$ 34.033,40

	de validade.				
06	Agar Citrato de Simmons embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 1.152,00	R\$ 6.912,00
07	Agar Cled embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	15	R\$ 626,34	R\$ 9.395,10
08	Agar comum - Agente de solidificação no qual as matérias estranhas, as partes pigmentadas e os sais foram reduzidos ao mínimo, embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 752,00	R\$ 4.512,00
09	Agar Dextrose Batata embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 672,00	R\$ 4.032,00
10	Agar Entérico Hecton embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 1.478,00	R\$ 8.868,00
11	Agar lisina Ferro embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 1.287,34	R\$ 7.724,04
12	Agar Manitol embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	05	R\$ 652,67	R\$ 3.263,35

13	Agar Nutriente frasco 500gr embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	06	R\$ 791,00	R\$ 4.746,00
14	Agar Sabouraud Dextrose (asd) embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	06	R\$ 540,34	R\$ 3.242,04
15	Agar Salmonella /Shigella embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	06	R\$ 1.025,00	R\$ 6.150,00
16	Agar SIM embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 1.213,34	R\$ 7.280,04
17	Agar Soja Trypticaseína embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	07	R\$ 561,34	R\$ 3.929,38
18	Agar TCBS embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 1.148,67	R\$ 6.892,02
19	Agar triptose sulfito ciclocerina embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	03	R\$ 888,34	R\$ 2.665,02
20	Agar TSI embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	03	R\$ 910,00	R\$ 2.730,00

21	Baird-Parker agar base embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 929,34	R\$ 5.576,04
22	Brilhante Green bile broth embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	08	R\$ 1.310,67	R\$ 10.485,36
23	Caldo caseína soja embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	08	R\$ 430,67	R\$ 3.445,36
24	Caldo presença ausência- presence or absence broth método presuntivo de identificação de coliformes em água. Embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	08	R\$ 1.252,34	R\$ 10.018,72
25	Caldo Uréia embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	06	R\$ 1.048,67	R\$ 6.292,02
26	Dextrose agar embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	05	R\$ 476,67	R\$ 2.383,35
27	Ec medium embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	08	R\$ 758,34	R\$ 6.066,72
28	Eosin de metylene blue agar embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo	Fr	06	R\$ 908,00	R\$ 5.448,00

	de validade.				
29	Lauryl triptose broth embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	08	R\$ 596,00	R\$ 4.768,00
30	Macconkey agar embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	25	R\$ 786,67	R\$ 19.666,75
31	Agar Mueller Hinton embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	16	R\$ 648,00	R\$ 10.368,00
32	Peptona de soja embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	10	R\$ 977,34	R\$ 9.773,40
33	Plate count agar embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	08	R\$ 699,67	R\$ 5.597,36
34	Rappaport vassiliadis broth embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	06	R\$ 778,00	R\$ 4.668,00
35	Tetrationato broth base frasco 500g	Fr.	08	R\$ 530,67	R\$ 4.245,36
36	Meio lactose broth utilizado para a identificação presuntiva de coliformes presentes no leite ,água e alimentos. Embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo	Fr	05	R\$ 643,67	R\$ 3.218,35

	de validade.				
37	Chromagar candida-500g	Fr	05	R\$ 2.626,34	R\$ 13.131,70
38	Caldo tioglicolato embalagem frasco de 1000ml com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	05	R\$ 810,34	R\$ 4.051,70
39	Ágar cromogenico para listeria embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	03	R\$ 1499,67	R\$ 4.499,01
40	Caldo de enriquecimento tamponado para listeria embalagem frasco de 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr.	03	R\$ 834,00	R\$ 2.502,00
41	Caldo purpura de bromocresol para fermentação contendo 0,5% de carboidrato manitol, ramnose e xilose caixas com 10 tubos	cx	03	R\$ 54,34	R\$ 163,02
42	Ágar M-PA-C base para recuperação seletiva e enumeração de pseudomonas aeruginosa na água higroscópica. Embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	03	R\$ 2.751,67	R\$ 7.715,01
43	Ágar milk –Base para enumerar microrganismos embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Fr	03	R\$ 1.702,67	R\$ 5.108,01
44	Extrato de levedura – Extrato de células autolisadas de leveduras para uso na preparação de meios de cultura microbiológicas, embalagem frasco	Fr.	03	R\$ 524,34	R\$ 1.573,02

	500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.				
45	Extrato de carne em pó –suplemento para uso em meios de cultura microbiológicas, embalagem frasco 500g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Frasco 500g	Fr	01	R\$ 1.170,00	R\$ 1.170,00
46	Tryptona – Digesto pancreático de caseína, uma peptona para uso em meios de cultura , frasco 500g	Fr	01	R\$ 1.168,00	R\$ 1.168,00
Total Lote 01: R\$ 303.375,35 (trezentos e três mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)					

LOTE 2 -SOROS

Lote 2 - Os soros deverão possuir validade mínima de 01 ano, com controle de qualidade.

Item	Especificação	Unidade	Quant	Média Unidade	Média Geral
01	Soro e. Coli(b) clássica polivalente 3ml.	Fr.	10	R\$ 233,34	R\$ 2.333,40
02	Soro e. Coli(c) clássica polivalente 3ml.	Fr.	10	R\$ 233,34	R\$ 2.333,40
03	Soro shigella dysenteriae poli. 1,3 ml.	Fr.	10	R\$ 233,34	R\$ 2.333,40
04	Soro shigella dysenteriae poli. 2,3 ml.	Fr.	10	R\$ 233,34	R\$ 2.333,40
05	Soro polivalente flagelar “h” para salmonella frasco 3ml	Fr.	10	R\$ 233,34	R\$ 2.333,40
06	Soro polivalente somático “o” para salmonella frasco 3ml	Fr.	10	R\$ 233,34	R\$ 2.333,40
07	Soro shigella sonnel 03 mi	Fr.	10	R\$ 233,34	R\$ 2.333,40
Total lote 02: R\$ 16.333,80 (dezesesseis mil trezentos e trinta e três reais e oitenta centavos)					

LOTE 03 -DISCOS DE ANTIBIOTICOS

Lote 03 - Conjunto de discos para antibiograma em embalagem individual tipo frascos, com dissecante contendo 50 discos cada, e com limites de impregnação entre 90 e 125%. O total de frascos do conjunto deve ter os seguintes discos de antibióticos. Os discos deverão possuir validade mínima de 18 meses com controle de qualidade.

Item	Especificação	Unidade	Quant	Média Unidade	Média Geral
01	Ácido nalidixico 30mcg c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
02	Amicacina 30mcg c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
03	Amoxicilina/acido clavulânico 30 ug/50ug c/50 discos.	Fr.	30	R\$ 27,34	R\$ 820,20
04	Ampicilina 10mcg-c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
05	Ampicilina/sulbactan-frasco c/ 50 discos.	Fr.	15	R\$ 27,34	R\$ 410,10
06	Aztreonan 30mcg frasco c/ 50 discos.	Fr.	10	R\$16,67	R\$ 166,70
07	Disco de antibiótico bacitracina frasco c/25 discos.	Fr.	06	R\$ 16,67	R\$ 100,02
08	Cefazolina 30 ug frasco c/50 discos.	Fr.	30	R\$ 27,34	R\$ 820,20
09	Cefepime 3 mcg-frasco c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
10	Cefotaxima 30 ug frasco c/ 50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
11	Cefoxitina 30 mcg frasco c/50 discos.	Fr.	30	R\$ 16,67	R\$ 500,10
12	Ceftazdima 30 mcg frasco c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
13	Ceftriaxona 30 mcg-frasco c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
14	Clindamicina frasco c/50 discos para antibiograma.	Fr.	15	R\$ 16,67	R\$ 250,05
15	cefalotina-frasco c/ 50 discos.	Fr.	30	R\$ 16,67	R\$ 500,10

16	polimixina b frasco c/50 discos.	Fr.	15	R\$ 16,67	R\$ 250,05
17	linezolidida frasco c/50 discos.	Fr.	15	R\$ 16,67	R\$ 250,05
18	Eritromicina 15mcg frasco c/ 50 discos.	Fr.	15	R\$ 27,34	R\$ 410,10
19	ciprofloxacina-frasco c/ 50 discos.	Fr.	30	R\$ 16,67	R\$ 500,10
20	Ertapenem 30 mcg frasco c/ 50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
21	Meropenem frasco c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 27,00	R\$ 540,00
22	Gentamicina c/ 50 disco para antibiograma.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
23	Imipenem 10 mcg frasco c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 27,00	R\$ 540,00
24	Levofloxacina frasco c/50 discos.	Fr.	30	R\$ 27,00	R\$ 810,00
25	Nitrofurantoína 30 mcg frasco c/50 discos.	Fr.	30	R\$ 16,67	R\$ 500,10
26	Novobiocina frasco c/50 discos.	Fr.	10	R\$ 16,67	R\$ 166,70
27	Estreptomicina 300 frasco c/ 50 discos.	Fr.	10	R\$ 38,34	R\$ 383,40
28	Penicilina g 10u frasco c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 16,67	R\$ 333,40
29	Piperacilina/tazobactam fr c/50 discos.	Fr.	20	R\$ 27,34	R\$ 546,80
30	Sulfametoxazol/trimetopim frasco c/50 discos.	Fr.	30	R\$ 16,67	R\$ 500,10
31	Teicoplanina- frasco c/50 discos para antibiograma.	Fr.	15	R\$ 27,34	R\$ 410,10
32	Tetraciclina 30 mg frasco c/50 discos.	Fr.	15	R\$ 16,67	R\$ 250,05
33	Tigeciclina frasco c/50 discos.	Fr.	15	R\$ 38,00	R\$ 570,00
34	Optoquina (pneumococos) frasco c/50 discos	Fr.	10	R\$ 16,67	R\$ 166,70
35	Norfloxacina-frasco c/ 50 discos.	Fr	30	R\$ 16,67	R\$ 500,10

36	Tobramicina-frasco c/ 50 discos.	Fr	15	R\$ 27,34	R\$410,10
Total lote 03: R\$ 14.605,92 (quatorze mil seiscentos e cinco reais e noventa e dois centavos).					

LOTE 04- SUBSTRATOS

Lote 04 - Os substratos deverão possuir validade mínima de 06 meses e com controle de qualidade.

Item	Especificação	Unidade	Quant	Média Unidade	Média Geral
01	Substrato cromogenico e fluorogenico colilert cx.c/200und (substrato cromogênico definido onpg-mug para detecção de coliformes totais e e. Coli em 24horas pelo desenvolvimento de coloração amarela e observação de fluorescência. O método tem que permitir ainda a quantificação de coliformes totais e e. Coli em 24 horas, através de metodologia própria que utilize sistema de cartelas. O método deve ser aprovado pelo standart methods for examination of water and wastewater, conforme exige a portaria ms 518/2004, art.17 parágrafo 2°. Art.17°. As metodologias analíticas para determinação dos parâmetros físicos, químicos, microbiológicos e de radioatividade devem atender as especificações das normas nacionais que disciplinem a matéria de edição mais recente da publicação standart methods for examination of water and wastewater de autoria das instituições american public helth association (apha), american water works association (awwa)e water enviroment federation (wef), ou das normas publicadas pela iso (international standardization organization).2°	Cx	100	R\$ 1.933,34	R\$ 193.334,00

	metodologias não contempladas nas referências citadas no 1º e caput deste artigo, aplicáveis aos parâmetros estabelecidos nesta norma devem ter validade a receber aprovação e registro do ministério da saúde.caixa com 200 unidades.)				
02	Cartela quante –tray cx c/ 20 (cartela plástica esteril com 97 cavidades para quantificação de coliformes totais e e.coli. Para ser utilizada com o metodo do substrato definido enzimático onpg-mug c/100	Cx	10	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00
03	Substrato cromogenico e fluorogenico enterolert cx.c/20und(substrato definido enzimatico mug para análise de enterococos em água com resultados obtidos em 24h c/200	Cx	04	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
Total lote 04: R\$ 215.334,00 (duzentos e quinze mil trezentos e trinta e quatro reais)					

LOTE 05-OLIGONUCLEIOTIDEOS PARA REAÇÃO EM CADEIA PELA POLIMERASE

Lote 05 - Lista de oligonucleotídeos (*primers*) para reação em cadeia pela polimerase.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	Média Unitária	Média Geral
01	Oligonucleotídeos (Primer) KPC – F (sequência 5’-3’): TCGCTAAACTCGAACAGG. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 40,83	R\$ 81,66
02	Oligonucleotídeos (Primer) KPC – R (sequência 5’-3’): TTACTGCCCCGTTGACGCCCAATCC. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 54,18	R\$ 108,36

03	Oligonucleotídeos (Primer) NDM – F (sequência 5'-3'): TTGGCCTTGCTGTCCTTG. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 40,83	R\$ 81,66
04	Oligonucleotídeos (Primer) NDM-R (sequência 5'-3'): ACACCAGTGACAATATCACCG. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 47,51	R\$ 95,02
05	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-23-F (sequência 5'-3'): GAT CGG ATT GGA GAA CCAGA. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
06	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-23-R (sequência 5'-3'): ATT TCT GAC CGC ATT TCC AT. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
07	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-24-F (sequência 5'-3'): GGT TAG TTG GCC CCC TTA AA. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
08	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-24-R (sequência 5'-3'): AGT TGA GCG AAA AGG GGATT. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
09	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-51-F (sequência 5'-3'): TAA TGC TTT GATCGG CCT TG. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 46,46	R\$ 92,92
10	Primer OXA-51-R (sequência 5'-3'): TGG ATT GCA CTT CAT CTT GG. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
11	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-58-F (sequência 5'-3'):	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56

	AAG TAT TGG GGC TTG TGC TG. Escala de síntese mínima 50N.				
12	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-58-R (sequência 5'-3'): CCCCTCTGCGCTCTACATAC. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
13	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-143-F (sequência 5'-3'): TGGCACTTTCAGCAGTTCCT. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
14	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-143-R (sequência 5'-3'): TAATCTTGAGGGGGCCAACC. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 45,28	R\$ 90,56
15	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-48-F (sequência 5'-3'): TGTTTTTGGTGGCATCGAT. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 63,78	R\$ 127,58
16	Oligonucleotídeos (Primer) OXA-48-R (sequência 5'-3'): GTAAMRATGCTTGGTTCGC. Escala de síntese mínima 50N.	Frasco	02	R\$ 63,78	R\$ 127,58
Total lote 05: R\$ 1.529,82 (mil quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos)					

LOTE 06- OLIGONUCLEOTÍDEOS

Lote 06 - Lista de oligonucleotídeos (*primers*) e sondas (*probes*) oligonucleotídeos marcados com fluoresceínas específicas nas extremidades 5' e 3' utilizadas nas reações de PCR para quantificação em tempo real compatíveis com o sistema *StepOnePlus™ Real-Time PCR System*. Devem ser sintetizados em escala mínima de 50N, purificados por HPLC e conferido em espectrômetro de massa e ter concentração mínima de 20.000 pmol.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	Média Unitária	Média Geral
01	Oligonucleotídeos KPC-F PRIMER (sequência 5'-3'): GGC CGC CGT GCA ATA C	Frasco	02	R\$ 113,35	R\$ 226,70

02	Oligonucleotídeos KPC-R PRIMER (sequência 5'-3'): GCC GCC CAA CTC CTT CA	Frasco	02	R\$ 113,35	R\$ 226,70
03	Oligonucleotídeos Sonda KPC-PROBE (sequência 5'-3'): TG ATA ACG CCG CCG CCA ATT TGT - Modificação 5' e/ou 3' = 5' 6-FAM e 3'- BHQ ou 5' 6-FAM e 3'- TAMRA.	Frasco	02	R\$ 1.080,76	R\$ 2.161,56
04	Oligonucleotídeos NDM-F PRIMER (sequência 5'-3'): GAC CGC CCA GAT CCT CAA	Frasco	02	R\$ 95,72	R\$ 191,44
05	Oligonucleotídeos NDM-R PRIMER (sequência 5'-3'): CGC GAC CGG CAG GTT	Frasco	02	R\$ 91,02	R\$ 182,04
06	Oligonucleotídeos Sonda NDM-PROBE (sequência 5'-3'): TG GAT CAA GCA GGA GAT Modificação 5' e/ou 3' = 5' HEX e 3'- BHQ ou 5'6-FAM e 3' TAMRA	Frasco	02	R\$ 1.695,48	R\$ 3.384,96
07	Oligonucleotídeos 16S rRNA-F PRIMER (sequência 5'-3'): TGG AGC ATG TGG TTT AAT TCG A	Frasco	02	R\$ 99,25	R\$ 198,50
08	Oligonucleotídeos 16S rRNA-R PRIMER (sequência 5'-3'): TGC GGG ACT TAA CCC AAC A	Frasco	02	R\$ 95,72	R\$ 191,44
09	Oligonucleotídeos Sonda 16S rRNA - PROBE (sequência 5'-3'): CA CGA GCT GAC GAC AR*C CAT GCA Modificação 5' e/ou 3' = 5' CY5 e 3'-	Frasco	02	R\$ 1.708,53	R\$ 3.417,06

	BHQ ou 5' 6-FAM e 3'-TAMRA				
Total lote 06: R\$ 10.180,40 (dez mil cento e oitenta reais e quarenta centavos)					

LOTE 07-CONSUMIVEIS DE DNA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	Média Unitária	Média Geral
01	Mix pronto para uso em reação em cadeia pela polimerase (PCR). Solução pronta para uso. Deve incluir água livre de nucleases, enzima hot start DNA polimerase, dNTPs, MgCl ₂ e tampão de reação em concentrações adequadas para amplificação de DNA alvo pela PCR.	Frasco	20	R\$ 526,00	R\$ 10.520,00
02	Master -Mix pronto para uso em reação em cadeia pela polimerase (PCR-RT). Solução pronta para uso. Deve incluir água livre de nucleases, enzima hot start DNA polimerase, dNTPs, MgCl ₂ e tampão de reação em concentrações adequadas para amplificação de DNA alvo pela PCR.	Frasco	20	R\$ 2.115,00	R\$ 42.300,00
03	Agarose. Agarose grau biologia molecular de alta qualidade, apropriada para eletroforese preparativa e analítica de ácidos nucléicos.	Frasco	02	R\$ 2.149,00	R\$ 4.298,00
04	Tris base. Tris Base grau biologia molecular. Composto orgânico conhecido como trisaminometano. Usada para preparação de tampões para eletroforese.	Frasco	02	R\$ 517,75	R\$ 1.035,50
05	Tris-HCl. Tris-HCl (Tris hidrocloreto; Trizma-HCl) grau	Frasco	02	R\$ 243,45	R\$ 486,90

	biologia molecular. Para utilização em estudos de complexos de ácidos nucleicos.				
06	SDS. SDS (Dodecil sulfato de sódio), grau Biologia Molecular.	Frasco	02	R\$ 973,75	R\$1.947,50
07	EDTA. EDTA sal dissódico dihidratado (ácido etilenodiaminotetracético), grau Biologia Molecular.	Frasco	02	R\$ 522,50	R\$ 1.045,00
08	Padrão de peso molecular 100pb. 100bp DNA ladder. Mínimo de 250uL. > 0,1ug/uL. Fragmentos de DNA variando de 100 em 100 pares de bases até 1Kb e com fragmentos de 500 pares de bases de quantidade aumentada.	Frasco	10	R\$ 1.612,50	R\$ 16.125,00
09	Corante fluorescente. Corante fluorescente para ácidos nucleicos. Deve ser estável e de uso seguro e deve permitir a coloração de DNA fita simples ou dupla, em géis de agarose ou gel de poliacrilamida.	Frasco	10	R\$ 334,90	R\$ 3.349,00
Total lote 07: R\$ 81.106,90 (oitenta e um mil cento e seis reais e noventa centavos)					

LOTE 8-KITS DE DNA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	Média Unitária	Média Geral
01	Kit para identificação humana. Kit para identificação humana utilizando como amostra inicial sangue ou saliva coletado em papel FTA. O kit deve eliminar a necessidade de extração de DNA e	KIT	30	R\$ 11.500,00	R\$ 345.000,00

	<p>purificação da amostra. Conter todos os reagentes para a amplificação direta de DNA sem extração a partir de picote de 1,2mm de papel FTA. Deve incluir iniciadores para co-amplificação de no mínimo 24 loci STRs inclusos em banco de dados europeus e CODIS (Combined DNA Index System (Sistema Combinado de Índices de ADN)) e incluir o locus da Amelogenina. Loci amplificados através de primers marcados com fluorescência, em ciclagem rápida de até 90 minutos. O Kit deve incluir: Taq HotStart no Master Mix; DNA controle; Escada Alélica; Água grau amplificação; Padrão de Peso Molecular interno. Sistema compatível com a plataforma Applied Biosystems 3500 Genetic Analyzers, sem necessidade de upgrade. Kit com 200 reações.</p>				
02	<p>Kit para identificação humana utilizando como amostra inicial sangue ou saliva coletado em papel FTA. O kit deve eliminar a necessidade de extração de DNA e purificação da amostra. Conter todos os reagentes para a amplificação direta de DNA sem extração a partir de picote de 1,2mm de papel FTA. Deve incluir iniciadores para co-amplificação de, no mínimo, 23 loci do cromossomo Y através de primers marcados com fluorescência. Deve incluir mix de reação de PCR contendo enzima Taq Hot Start, Mix de primers, DNA controle de</p>	KIT	02	R\$ 11.900,00	R\$ 23.800,00

	genótipo conhecido e Escada Alélica. Sistema compatível com a plataforma Applied Biosystems 3500 Genetic Analyzers, sem necessidade de upgrade. Suficiente para 50 reações.				
Total lote 8: R\$ 368.800,00 (trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais)					

4. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do LACEN-PI, localizado na Rua 19 de Novembro, nº 1945, Bairro Primavera, Teresina-PI, no horário das 07h30min às 13h30min e de segunda a sexta feira.

4.2. O prazo de entrega dos reagentes será de até 30 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento. Devidamente embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga assinalando-se nas unidades e em suas respectivas notas fiscais a origem e numeração do pedido.

4.3. Os reagentes deverão ser acondicionados de forma compatível para a sua conservação, em embalagens de fábrica e devidamente lacrados pelos próprios fabricantes.

5. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO

5.1. A simples entrega dos reagentes não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após vistoria e comprovação da conformidade pelo LACEN.

a) PROVISORIAMENTE: 05 (cinco) dias a partir da data da entrega, para efeito de verificação da conformidade das especificações constantes do Termo de Referência com a da proposta vencedora.

b) DEFINITIVAMENTE: após verificação da conformidade das especificações constantes do Termo de Referência com a da proposta vencedora, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias, após o recebimento provisório.

5.2. Os reagentes deverão ser entregues em embalagens próprias que proporcionem sua integridade até o uso, sem qualquer violação ou danificação, obedecendo aos respectivos prazos de validade das marcas oferecidas.

5.3. Os reagentes serão recebidos e aceitos após inspeção realizada pelo FISCAL DE CONTRATO ou por Comissão de Recebimento, podendo ser rejeitados caso não atendam ao quantitativo solicitado ou não estejam em perfeitas condições para a utilização.

5.4. Os reagentes que estejam em desacordo com o Termo de Referência e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pelo LACEN.

6. DA VALIDADE

6.1. Os reagentes a serem entregues deverão ter suas validades mínimas de acordo com as indicadas em cada LOTE, a contar da data de recebimento e sua aceitação devidamente atestada pelo setor competente do LACEN-PI; os lotes sem especificação deverão ter a validade mínima de 06 meses.

6.2. Caso a validade oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta condição, a licitante deverá complementar a validade do bem ofertado pelo tempo restante.

6.3. Caso os reagentes percam suas características ou deteriorem-se, e, estando estes dentro do prazo de validade ou tempo de vida útil, assim como em condições normais de estocagem, uso e manuseio, deverão ser trocados no prazo máximo a ser determinado pelo Fiscal do Contrato, contados a partir da comunicação formal, ficando por conta e ônus da CONTRATADA todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca.

6.4. O período de validade será oferecido pela CONTRATADA em sua proposta comercial, observado o prazo mínimo exigido neste Termo de Referência.

6.5. A CONTRATADA fica obrigada, durante o período de validade e em caso de necessidade de substituição de reagentes que não mais existam no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação, em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, a proceder à substituição por produto equivalente ou superior.

7. DA HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) em nome do licitante (dispensável para os licitantes do Lote 04).

7.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo reagentes, compatíveis com o objeto deste certame, contendo o nome da empresa, o endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos reagentes entregues.

7.3. Catálogos, ou bulas, ou artigos publicados em revistas e jornais científicos, com informações sobre os produtos propostos (identificação), os quais deverão estar escritos em português ou acompanhados de tradução para este idioma, realizada por tradutor oficial.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento das propostas deverá ser o de MENOR PREÇO POR LOTE.

8.2. Caberá ao setor técnico do LACEN-PI, avaliar os produtos ofertados, através de parecer de Comissão Técnica, garantido que os produtos ofertados correspondem aos solicitados por este Termo de Referência (poderão ser solicitadas amostras para avaliação).

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela(s) licitante(s) vencedora(s).

9.2. Receber os reagentes, adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições, estabelecidas neste Termo de Referência.

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os reagentes que a(s) CONTRATADA(S) entregar(em) fora das especificações do Termo de Referência.

9.4. Comunicar à(s) CONTRATADA(S), após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos reagentes adquiridos.

9.5. Efetuar o pagamento da(s) CONTRATADA(S) no prazo determinado neste Termo de Referência.

9.6. Notificar à(s) CONTRATADA(S), por escrito, em caso de ocorrência de eventuais inconformidades que impossibilitem ou dificultem o uso dos reagentes, para tomar todas as providências para a troca, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S)

10.1. Realizar a entrega dos reagentes na forma como indicados no Termo de Referência e na proposta apresentada.

10.2. Fornecer os reagentes no Almoxarifado do LACEN, situado à Rua 19 de Novembro, nº 1945, Bairro Primavera, Teresina-PI, de 07h30min as 13h30min.

10.3. Obrigar-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na licitação, e documentação pertinente atualizada, comunicando ao LACEN-PI qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

10.4. Arcar com todas as despesas, tributos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham incidir sobre os produtos ofertados.

10.5. Manter sempre um preposto, aceito pela LACEN-PI, formalmente designado para representá-la na execução das atividades pertinentes ao objeto do CONTRATO.

10.6. Comunicar a CONTRATANTE a existência de qualquer anormalidade que notar nos reagentes, e que não possam ser eliminadas nos termos deste Termo de Referência.

10.7. Providenciar a troca dos reagentes que apresentarem inconformidades que impossibilitem ou dificultem seu uso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação da CONTRATANTE.

10.8. Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.

10.9. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, que antecedem a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.10. Entregar os reagentes atendendo às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, ANVISA, etc., atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90(Código de Defesa do Consumidor).

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes dessa licitação estarão submetidas à dotação orçamentária previstas para atendimento da presente finalidade, a ser consignado pelo LACEN-PI.

Unidade Orçamentária	17112		
Elemento de Despesa	339030		
Natureza da Despesa	Material	de	
	consumo		
Fonte de Recurso	0100001001		
Unidade Orçamentária	17112		
Elemento de Despesa	339030		
Natureza da Despesa	Material	de	

consumo

Fonte de Recurso

0113000000

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo do produto entregue, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da Proposta Comercial, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

12.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da fatura e nota fiscal correspondentes. A fatura e a nota fiscal serão protocoladas no LACEN-PI, até o quinto dia útil subsequente ao mês da execução do fornecimento, através de ofício, encaminhado ao LACEN-PI, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

12.3. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal e da Fatura e demais documentação necessária ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponder os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade.

12.4. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações dos reagentes entregues de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato e da Ordem de Fornecimento.

12.5. A Nota Fiscal e Fatura serão atestadas pelo CONTRATANTE, através do Gestor do Contrato, observadas as normas estabelecidas no Contrato.

12.6. O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, devendo esta demonstrar tal situação.

13. PENALIDADES

13.1 – As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no. 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02.

13.2 – A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos bens contratados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 05 (cinco) dias; e b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 6º (sexto) dia, até o limite correspondente a 10 (dez) dias; e

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite

correspondente a 15 (quinze) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

13.3 – Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando, a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou obstacularizar o acesso à fiscalização da Secretaria da Administração do Estado do Piauí – SEAD. No cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da Secretaria da Administração do Estado do Piauí – SEAD; e

c) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

13.4 – Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Executar o objeto em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações,

independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) não iniciar ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

c) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

DA ADVERTÊNCIA

13.5 – A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que acarrete pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO:

13.6. A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada em caso de inadimplemento culposo grave que prejudicar a execução do contrato, cabendo defesa prévia, no prazo de 5(cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação.

a) Por 6 meses nos seguintes casos:

a.1) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

a.2) execução insatisfatória do objeto de ajuste, se antes tiver havido aplicação de sanção de advertência.

b) Por 1 (um) ano:

b.1. Quando o licitante se recusar injustificadamente a assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE;

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

c.1) não fornecer os bens contratados;

c.2) fornecer os bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no contrato, não efetuando a correção ou adequação no prazo determinado pela CONTRATANTE;

c.3) cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao Estado, ensejando a rescisão do contrato;.

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seu empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE.

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

13.7. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Secretário de Administração do Estado se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

13.8 A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Secretário de Estado, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.9. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

- c) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da CONTRATADA, em caso de reincidência;
- e) apresentar à ADMINISTRAÇÃO qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) Praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

13.10 Independentemente das sanções a que se referem os itens precedentes, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda o LACEN/PI propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinente;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

13.11. Nenhum pagamento será feito ao executor do fornecimento que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

13.12. As sanções serão aplicadas pelo titular do Laboratório Central “Dr. Costa Alvarenga” – LACEN/PI, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, § 1º da Lei 8666/93.

15. DO FISCAL DO CONTRATO

15.1. A Diretoria Administrativa do LACEN-PI indicará um fiscal que deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade do fornecimento dos reagentes, de acordo com as

especificações e quantidades contidas neste Termo de Referência, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um servidor designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

16. ESTIMATIVA DE CUSTO

16.1 O custo total estimado para aquisição do material objeto deste Termo de Referência é de R\$ 1.011.266,19 (um milhão onze mil duzentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos)

Teresina, 30 de Outubro de 2017.

Gildevane Vieira do Nascimento

Gerente Técnica do LACEN/PI

Ellen dos Santos Costa

Coordenação de Licitações e Contratos do LACEN/PI

Walterlene de Carvalho Gonçalves

Diretora do LACEN/PI

De acordo:

Florentino Alves Veras Neto

Secretário de Saúde do Estado do Piauí

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 31/17 CPL/SESAPI/2017

[Digite texto]



PROCESSO N°. AA.900.1.011877/17-02

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE
HABILITAÇÃO**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF N° (xxx), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 31/17 CPL/SESAPI/2017

[Digite texto]



PROCESSO Nº. AA.900.1.011877/17-02

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 31/17 /CPL/SESAPI/2017

[Digite texto]



PROCESSO Nº. AA.900.1.011877/17-02

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 31/17/CPL/SESAPI/2017

PROCESSO Nº. AA.900.1.011877/17-02
MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Secretaria de Saúde do Estado do Piauí.

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2016** – Comissão Permanente de Licitação -
Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
-------------	--------------------------------	---------------	--------------------	--------------------

[Digite texto]



01				
02				
<i>Total Geral</i>				

Valor total da proposta: R\$ _____ (por extenso)

*** Descrever o item conforme especificações detalhadas no Termo de Referência**

2.2. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3. O Prazo de Entrega é de 30 (trinta) dias corridos, a partir da emissão da nota de empenho.

2.4. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre a prestação de serviços.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 31/17/CPL/SESAPI/2017

PROCESSO Nº. AA.900.1.011877/17-02

Aos _____ (____) de _____ de 2017 (dois mil e dezessete), presentes de um lado o Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, e de outro a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representado pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do CPF nº. _____ e RG nº. _____, simplesmente denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO**, conforme decisão, exarada no Processo Licitatório nº **AA.900.1.011877/17-02** e homologada, referente ao Pregão Eletrônico nº **31/2017** de **aquisição de materiais para os laboratórios de microbiologia (clínica e alimentar) destinados a atender às necessidades do setor de produtos e biologia molecular do LACEN-PI**, em conformidade com Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, especialmente com o Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e com o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações, que regulamenta a modalidade do Pregão. A Lei Estadual nº 6.301/2013 e os Decretos Estadual nº 11.319, de 13 de fevereiro de 2004, nº 11.346 de 30 de março de 2004 e 16.212 de 05 de outubro de 2015, e subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores dos Artigos 42 a 48 da LC nº 123/2006 (com inovações trazidas pela LC nº 147/2014) e demais legislações pertinentes, observadas, ainda, as condições estabelecidas no respectivo edital de licitação e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **aquisição de materiais para os laboratórios de microbiologia (clínica e alimentar) destinados a atender às necessidades do setor de produtos e biologia molecular do LACEN-PI**, conforme especificações e demais exigências previstas neste edital e seu anexo I

1.2. O regime de execução da forma indireta, por empreitada com preço GLOBAL.

2. DO PREÇO

2.1. O preço de cada item, bem como descrição dos itens, encontra-se especificado na tabela abaixo:

ITEM	Especificação	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01					
02					
Total Geral					

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os encargos de natureza tributária, social, previdenciária, de administração, lucros, equipamentos, ferramentas, transportes de material, de pessoal e qualquer outra despesa não especificada no Edital e seus Anexos.

3. DO REAJUSTE

3.1. O critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir até a data do adimplemento de cada parcela;

3.2. Poderão os preços registrados, ser revisados ou atualizados na forma prevista no edital, devendo o fato ser comunicado ao Controle do sistema de Registro Geral;

3.2.1. O índice econômico para o reajuste será medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou índice que venha a substituí-lo.

3.3. Somente poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado quando:

3.3.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, tudo documentalmente comprovado, consoante ao disposto no Art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01.

3.4. O preço registrado, depois de atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, seus anexos e contrato eventual, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes: à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 4.1.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.5.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 4.1.6.** Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações e demais documentos fornecidos pela SESAPI, bem como as cláusulas do Contrato a ser firmado;
- 4.1.7.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive aquelas de embalagens e eventuais perdas e/ou danos, no caso de empresas nacionais e estrangeiras, e de seguro, no caso de empresa nacional;
- 4.1.8.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto deste Pregão ou a ela relacionada, salvo se houver expressa e prévia autorização da SESAPI.
- 4.1.9.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à SESAPI ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- 4.1.10.** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste Edital;
- 4.1.11.** Prestar esclarecimentos à SESAPI sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolvam, independentemente de solicitação;
- 4.1.12.** Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- 4.1.13.** Substituir os reagentes recusado pelo destinatário, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais constantes dos processos, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação do LACEN-PI, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos lotes recusados;

4.1.14. Substituir integralmente o lote do medicamento reprovado pela ANVISA, promovendo a sua reposição junto a todas as unidades que os receberam, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (vinte) dias, a partir da data do recebimento da notificação do LACEN-PI, ou indenização total a SESAPI, a critério deste, correndo por conta da CONTRATADA, todas as despesas de devolução e reposição dos lotes reprovados;

4.1.15. Incluir na nota fiscal de venda: os números dos lotes, as quantidades por lote, suas fabricações, validades, números de empenho e/ou contrato, além do nome e endereço do local de entrega.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Disponibilizar a Comissão de Análise e Acompanhamento de Procedimentos Licitatórios para sanar possíveis dúvidas durante o certame.

5.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, conforme Decreto nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013;

5.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.1.7. Realizar a cada seis meses a pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, conforme o art. 9º, inciso XI do Decreto nº 7.892/2013;

5.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato,

bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DA GARANTIA:

6.1. Os reagentes a serem entregues deverão ter suas validades mínimas de acordo com as indicadas em cada LOTE, a contar da data de recebimento e sua aceitação devidamente atestada pelo setor competente do LACEN-PI, os lotes sem especificação deverão ter a validade mínima de 06 meses.

6.2. Na hipótese do não cumprimento dos limites do prazo de validade acima preconizados, o LACEN-PI deverá ser consultada prévia e oficialmente, para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento dos lotes dos medicamentos.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, § 1º da lei 8666/93.

7.1.1. A Vigência do Contrato deverá coincidir, na medida do possível com o recebimento definitivo do objeto contratual (cf. Decisão nº 997/2002 – Plenário do TCU);

7.2. O Contrato para fornecimento do objeto definido neste Edital terá a vigência coincidindo com o recebimento definitivo do objeto contratual, em todos os ITENS contados a partir da ata de sua assinatura, cuja eficácia se dará com a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, posto que a entrega dos ITENS (objeto desta licitação), será feita em até 30(trinta) dias, após a emissão da “Ordem de Fornecimento dos mesmos”, na forma deste edital, podendo ser prorrogado, desde que ocorra algum dos motivos elencados no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

8. DOS PREÇOS

8.1. Nos preços estão inclusos todos os impostos, taxas, serviços, seguros e demais encargos incidentes, que contribuam para o preço do objeto.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes dessa licitação estarão submetidas à dotação orçamentária prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo LACEN-PI.

Unidade Orçamentária	17112
Elemento de despesa	33.90.30
Natureza de despesa	Material de consumo
Fonte de recurso	100

Unidade Orçamentária	17112
Elemento de despesa	33.90.30
Natureza de despesa	Material de consumo
Fonte de recurso	113

9.2 - Os preços máximo admitido para a aquisição dos reagentes descritos no ANEXO I deste edital, totaliza o valor de **R\$ 1.011.266,19 (um milhão, onze mil, duzentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos)**.

9.3. Nos preços estão inclusos todos os impostos, taxas, serviços, seguros e demais encargos incidentes, que contribuam para o preço do objeto.

10. LOCAL DE ENTREGA

10.1. A entrega deverá ocorrer no horário de 07h30mim as 13h30mim, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no endereço abaixo:

Os objetos deverão ser entregues no Almoxarifado do LACEN-PI, localizado na Rua 19 de Novembro, nº. 1945, CEP: 64002-570, no Bairro Primavera, Teresina-Piauí.
--

10.2. O prazo de entrega dos **produtos**, objeto do presente Termo de Referência não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da NE – Nota de Empenho.

10.3. Os reagentes a serem entregues deverão ter suas validades mínimas de acordo com as indicadas em casa LOTE, a contar da data de recebimento e sua aceitação devidamente atestada pelo setor competente do LACEN-PI, os lotes sem especificação deverão ter a validade mínima de 06 meses.

10.4. Na hipótese do não cumprimento dos limites do prazo de validade acima preconizados, o LACEN-PI deverá ser consultada prévia e oficialmente, para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento dos lotes dos medicamentos.

11. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Executado o Contrato, o seu objeto será recebido pela Comissão de Recebimento de Materiais, composta de, no mínimo 3 (três) servidores, na forma do artigo 15, §8º da Lei 8.666/93, que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequações dos materiais entregues, conforme art. 73, inciso II, letras “a” e “b”, e ainda, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão.

a) PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações exigidas;

b) DEFINITIVAMENTE, até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.2. Os bens ou produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação a contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. Na hipótese de verificação a que se refere o item 15.1. (b) não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

11.5. Aceito os materiais/bens, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

11.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.7. As bulas deverão atender as recomendações da Resolução - RDC Nº 47, de 8 de setembro de 2009 – ANVISA.

11.8. Apresentar os produtos com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo e bula) devem estar em língua portuguesa. Deverão, ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, com seus respectivos quantitativos impressos na nota fiscal;

11.9. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos. Medicamentos fotossensíveis deverão ser acondicionados em caixas que evitem a entrada de luminosidade.

11.10. Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, fielmente as especificações do objeto deste termo de referência, e ordem de fornecimento emitida por ocasião do suprimento solicitado. A inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

11.11. Não aceito o(s) bem(ns) entregue(s), será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas)

horas, para que se possa adequar o efetivamente entregue aquele que efetivamente se pretende adquirir.

12. DO PAGAMENTO

12.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

12.2. O ATESTO na nota fiscal e o respectivo PAGAMENTO será efetuado nos seguintes prazos, de acordo com o valor da despesa:

12.2.1. Despesa maior que R\$ 8.000,00:

- a) prazo máximo para atesto: 05 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal;
- b) prazo para pagamento: até o 30º dia útil contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

12.2.2. Despesa igual ou menor que R\$ 8.000,00, de acordo com o §3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93:

- a) prazo máximo para atesto: 02 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal;
- b) prazo para pagamento: até o 30º dia útil contado da apresentação da nota fiscal/fatura.

12.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

12.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

12.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

12.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no Subitem 28.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a data da reapresentação.

12.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Previdência Social, FGTS e Justiça do Trabalho.

12.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

12.8.1. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento incidirão uma única vez, até o efetivo pagamento, baseado nos juros incidentes na caderneta de poupança condicionada à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), nos termos da alteração introduzida pela Lei 12.703/12.

12.9. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento incidirão uma única vez, até o efetivo pagamento, baseado nos juros incidentes na caderneta de poupança condicionada à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), nos termos da alteração introduzida pela Lei 12.703/12.

12.10. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA, para as devidas correções, não respondendo a **Contratante**, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

12.11. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

12.12. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou

ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado.

13. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Nos termos dos Art. 67, § 1º, Lei nº. 8.666, de 1993 e Decreto Estadual nº 15.093/93 a fiscalização e o acompanhamento do Contrato, serão exercidos por servidores do quadro permanente ou ocupantes de cargo comissionado previamente designado pela SESAPI.

13.2. A entrega dos **Produtos para Saúde** será acompanhada e fiscalizada por servidores da Secretaria de Estado da Saúde, os quais deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento;

13.3. A presença da fiscalização da Secretaria de Saúde não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;

13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.6. Constituem as atividades do Fiscal de Contrato:

13.6.1. Fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas;

13.6.2. Emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade;

13.6.3. Notificar a Contratada qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais;

13.6.4. Controlar a vigência dos contratos;

13.6.5. Acompanhar e controlar o estoque de produtos, principalmente quanto à quantidade e à qualidade do produto previsto no objeto do contrato administrativo;

13.6.6. Acompanhar e emitir Parecer Técnico sobre o cumprimento pela empresa das obrigações assumidas.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos, da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas.

I. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

II. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

III. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

IV. ADVERTÊNCIA

- a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
 - a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
 - a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
 - a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

V. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

- a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;
- b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí nos seguintes prazos e situações:
 - b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

b.1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

VI. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os parágrafos primeiro, segundo e terceiro, o licitante ou contratado está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

VII. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

VIII. As sanções serão aplicadas, pelo órgão contratante, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da

declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

a)Assiste direito ao contratante a aplicação ao contratado das seguintes sanções administrativas, previstas em lei.

14.2. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas, em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do ÓRGÃO CONTRATANTE, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a ADJUDICATÁRIA tomar ciência.

14.3. No processo de aplicação de penalidades será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

15. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja na rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos direitos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

15.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditório, e ampla defesa.

15.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

15.3.1 Determinada por ato unilateral e escrita da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- m) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- n) A supressão do objeto do contrato, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da lei 8.666/93;

o) A suspensão do fornecimento, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

15.4. A rescisão do Contrato poderá se dar da seguinte forma:

15.4.1. Por ato unilateral e escrito da Administração;

15.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.4.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

15.5. Quando ocorrer à rescisão sem que haja culpa da futura contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

15.5.1. Devolução de garantia;

15.5.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

15.5.3. Pagamento do custo da desmobilização.

15.5.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

15.5.5. Judicial, nos termos da legislação.

15.5.6. Fica garantido o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão

administrativa prevista no art. 77 desta Lei.

16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que a SESAPI, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o disposto no § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

16.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes anuentes, de comum acordo, com base na lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes ao tema.

19. A VINCULAÇÃO

19.1. A vinculação ao edital de licitação à proposta do licitante vencedor.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

21. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A contratada se obriga a manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.2. São partes integrantes deste contrato, o edital de licitação, as especificações anexadas ao edital e proposta da licitante vencedora

23. DO FORO

23.1. O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento será de uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca de Teresina-PI.

23.2. E, por estarem assim justas e acertadas, foi digitado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Teresina (PI), _____ de _____ de _____

Secretário de Estado da Saúde -SESAPI

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

[Digite texto]



CPF

CPF